ISSN: 2358-8829

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS COM DEFICIÊNCIAS E TEA EM COMUNIDADES DE FÉ

Sônia Mendes Ferreira[1]

INTRODUÇÃO

A inclusão da juventude com deficiências, necessidades específicas de aprendizagem e transtorno do espectro autista (TEA) vem se apresentando enquanto um tema preponderante nos últimos anos, sob a ótica da garantia de direitos e das políticas públicas que apontam a relevância da acessibilidade e da aprendizagem ao longo da vida nos múltiplos espaços educacionais e formativos. Todavia, nota-se que as discussões acerca desse tema, historicamente, vêm sendo desenvolvidas em espaços de ensino formais, tais como reflexões e pesquisas dentro de unidades de educação básica, universidades e, mais recentemente, na inclusão no mundo do trabalho através de abordagens de transição para a vida adulta.

Embora esses espaços sejam primordiais e relevantes, existem nuances da vida sob um olhar mais sistêmico, como as esferas sociais e espirituais, que esses indivíduos possuem o direito de viver de maneira plena e oriunda de suas escolhas pessoais, a fim de garantir o sentido de pertencimento nos diversos espaços comunitários.

O avanço social e histórico de como se encaram adolescentes e jovens com deficiências e TEA é apontado da seguinte maneira

> Ao longo do tempo, a própria concepção de deficiência vem sendo mudada, desde sua concepção como estado mental, passando a condição humana, até a visão recente de situação de deficiência. Essas diferentes posições afetam, ética e socialmente, quem recebe o diagnóstico. Tem impacto sobre os modos e as propostas de intervenção. Remetem à significação da pessoa para si mesma e como vista pelo outro e pela sociedade. Ao mesmo tempo, oferece ou restringe oportunidades de ser para si e para a vida social e comunitária (CARVALHO, 2016, p. 3).

[1] Doutora em Ciências, Tecnologia e Inclusão do Programa de Ciências, Tecnologia e Inclusão da Universidade Federal Fluminense. Líder de Ministério de Inclusão em Comunidades de Fé /RJ. sonmendes02@yahoo.com.br

Dados coletados em trabalhos científicos (CARVALHO,2016; FERREIRA,2025) apontam o decréscimo de participação social de pessoas com deficiências e TEA. Após a fase da infância, a frequência em ambientes comunitários é reduzida, devido a diferentes fatores, e a exclusão e distanciamento social vão se tornando mais frequente.

Assim sendo, a partir dessas inquietações, insere-se a problemática central desse trabalho: de que forma o diálogo entre os conceitos acadêmicos e as práticas eclesiásticas pode promover o acolhimento, a saúde integral, o desenvolvimento espiritual e o protagonismo de adolescentes e jovens com deficiências e TEA e de suas famílias nas comunidades de fé?

Logo, o objetivo central desse trabalho é apresentar a formação continuada de voluntários das comunidades de fé e o desenvolvimento de metodologias inclusivas aplicadas em seminários e palestras comunitárias, visando à consolidação da acessibilidade ao Evangelho e ao fortalecimento do protagonismo de jovens com deficiência e TEA.

Portanto, oriundo da aproximação entre o conhecimento e as metodologias de aprendizagem construídas a partir de práticas eclesiásticas, o presente trabalho retrata frutos de amadurecimento de ações desenvolvidas em ambientes eclesiásticos há mais de 30 anos, tendo como foco central a inclusão de adolescentes e jovens com deficiências e transtorno do espectro autista (TEA) em comunidades de fé. Esse artigo corrobora com os desafios que percorrem a inclusão desses sujeitos nos diferentes contextos da Sociedade. Sejam espaços escolares, sociais, econômicos, culturais e/ou de exercícios de fé, cabe a comunidade garantir a esses sujeitos a participação efetiva e autônoma nos diferentes espaços de relacionamentos, crescimento e expressão da espiritualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A elaboração e construção de uma prática em ambientes eclesiásticos e comunidades de fé inclusivos pressupõem fundamentação teórica e práxis interdisciplinar unindo diferentes conhecimentos e aspectos associados e intersetoriais como teológicos, pedagógicos, legais, sociológicos, comunitários, além das experiências dos envolvidos em questão como protagonistas e seus familiares.

Segundo Glauco Ferreira (2026), “o autismo, com suas diversas manifestações e necessidades, apresenta um desafio único, mas a igreja, como comunidade de fé, deve ser um

lugar onde todos, independentemente de suas condições, possam encontrar acolhimento e um espaço de crescimento espiritual. “

Logo, independentemente das necessidades específicas de aprendizagem, seja o autismo ou outra condição de neurodivergência, a garantia de acesso, permanência, aprendizagem e lugar de protagonismo nesses espaços representam eixos cruciais para a inclusão desses adolescentes e jovens.

Por meio da formação continuada, com base na articulação entre o conhecimento e a extensão comunitária, este artigo visa explicitar como os princípios gerados nos espaços universitários podem transpor os muros da academia e, somados ao conhecimento produzido nas comunidades de fé, representar uma força transformadora na comunidade e uma mudança de cenário de isolamento para a inclusão desses sujeitos.

Nesse sentido, o conceito da funcionalidade apresentado pela Organização Mundial da Saúde (2023)[2], junto aos princípios das comunidades de fé, emerge como eixos centrais e pilares significativos para a construção do novo conceito denominado: **acessibilidade ao evangelho.** Essa proposta epistêmica, gerada a partir das necessidades do campo das igrejas e das formações desenvolvidas, foi crucial para essa organização.

As implicações legais

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), descreve o conceito da deficiência não como uma condição intrínseca e isolada do indivíduo; antes esse contexto representa o resultado de uma interação direta entre impedimentos pessoais e as barreiras identificadas no meio ambiente e pela sociedade. Conforme aponta o texto legal:

> A pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. [...] incumbe ao poder público, à sociedade e à família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, à cultura, ao lazer e ao trabalho (BRASIL, 2015, pg.12).

Portanto, reforçar esses preceitos no contexto das comunidades de fé exige a revisão de barreiras atitudinais (preconceitos e capacitismo) e metodológicas (práticas formativas

[2] **Funcionalidade** é um termo abrangente para funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação. Ela denota os aspectos positivos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e os fatores contextuais daquele indivíduo (fatores ambientais e pessoais).

padronizadas e inflexíveis). Encarar a vivência do amor e do acolhimento é transformar princípios em realidades palpáveis e observáveis. A acessibilidade nas comunidades da fé também é assegurada por lei e ganha dimensão ampla, devendo abranger os aspectos da acessibilidade comunicacional e instrumental[3] da convivência comunitária nos espaços de exercício da fé.

As Tecnologias Sociais e Inovação Comunitária

Para que a inclusão se materialize em práticas cotidianas, é indispensável o recurso às tecnologias sociais. Danigno (2014) conceitua tecnologia social como o conjunto de técnicas, metodologias e práticas transformadoras, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representam soluções efetivas para a inclusão social e a melhoria das condições de vida.

Ao conectar a universidade com as redes de apoio locais, as tecnologias sociais operam como pontes de saberes. A transformação e inovação no campo social precisam de arranjos metodológicos flexíveis, centrados na pessoa e formulados colaborativamente para atender às demandas de grupos historicamente marginalizados.

Na esfera eclesiástica, a aplicação de recursos visuais, sistemas de comunicação aumentativa e alternativa, adaptações sensoriais, itinerários de aprendizagem acessíveis e individuais, e espaços de partilha familiar configuram conjuntamente, uma tecnologia social voltada à emancipação dos sujeitos com deficiências e autismo. Sendo assim, a formação continuada para a construção de novos agentes de cultura inclusiva nas comunidades de fé desponta como elemento fundante nesses ambientes.

Acessibilidade ao Evangelho e a Visão Sistêmica do Sujeito

O conceito de "acessibilidade ao Evangelho" é aprofundado nas pesquisas de Ferreira (2023, 2025), que analisam a interface entre teologia, educação e inclusão. A mensagem bíblico-teológica fragiliza sua força comunitária quando apresentada por meio de estruturas excludentes ou inacessíveis àqueles que possuem especificidades e necessidades de apoio pela via cognitiva, sensorial ou de comunicação. Promover a acessibilidade ao Evangelho significa reorganizar as práticas de ensino-aprendizagem e de culto religioso, garantindo que o direito de pertencer,

[3] SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

expressar a fé e receber cuidado seja de todos, sem restrições ou expectativas de desempenho neurotípico.

Complementarmente, destaca-se a necessidade de uma visão sistêmica sobre os indivíduos. Adolescentes e jovens com TEA ou deficiências não podem ser enxergados como receptores passivos de caridade, mas, sim, como atores sociais dotados de espiritualidade, voz e potencialidades. Além disso, a abordagem sistêmica considera a família atípica como parte indissociável desse processo, reconhecendo que o apoio oferecido ao jovem reflete diretamente na saúde mental e espiritual, bem como no alívio da sobrecarga emocional e rotineira vivida pelos pais e cuidadores.

Formação Continuada e Práxis Participativa

A viabilização de uma prática educacional transformadora do Ser exige a constante superação do voluntarismo desprovido de conhecimento técnico e espiritual. Conforme salienta Chizzotti (2003), a transformação da realidade social demanda instrumentalização teórico-metodológica rigorosa. Sem a formação continuada daqueles que atuam na linha de frente dos projetos sociais e eclesiásticos, corre-se o risco de reproduzir práticas segregadoras sob o disfarce da "benevolência" ou da "piedade". A capacitação de voluntários surge, portanto, como elemento chave para um trabalho consistente e a consolidação de posturas atitudinais genuinamente inclusivas.

METODOLOGIA

O trabalho baseia-se em uma pesquisa qualitativa de investigação social com o norte metodológico da pesquisa-ação (CHIZOTTI,2003), que caracteriza explorar o conhecimento recebido e produzido para que adolescentes e jovens com deficiências e autismo tenham a possibilidade de ampliar seu rol de relacionamentos, visando à promoção e ampliação de vínculos afetivos e relações sociais que contemplem a saúde mental, espiritual e integral dos mesmos, repercutindo positivamente a seus familiares.

Sobre o conceito da pesquisa qualitativa, o autor conceitua:

> O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003, p. 222).

Tendo como eixos norteadores o foco nos significados, a investigação norteou entender como os indivíduos das comunidades de fé constroem as perspectivas e concepções a respeito da inclusão e da acessibilidade, vivenciando os desafios inerentes ao fenômeno em suas comunidades e analisando como os processos sociais foram e são experienciados a partir da sua autopercepção.

O compromisso desse trabalho é contribuir para uma mudança paradigmática necessária em relação ao protagonismo e pertencimento das pessoas com deficiências e autismo nas comunidades de fé no Brasil, tendo como eixo central a formação continuada.

Contexto da pesquisa

A proposta abrangeu diferentes grupos, a saber:

- Voluntários e agentes de acessibilidade engajados na mediação de atividades didático-religiosas de ministérios infantis, de adolescentes, jovens e de inclusão, além de interessados e atuantes em redes de apoio e comunidades de fé que sediaram os seminários da formação continuada.
- Adolescentes e jovens com diagnóstico de TEA, deficiência intelectual, deficiência física ou necessidades específicas de aprendizagem.
- Mães, pais, responsáveis e cuidadores que compõem a rede de suporte das crianças, adolescentes e jovens.

Várias palestras foram realizadas, mas, para esse estudo, destaca-se o processo de formação de lideranças em duas comunidades de fé específicas: a primeira na Zona Oeste e a segunda na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Para atingir os objetivos propostos nas formações continuadas, promovidas nas comunidades de fé, os roteiros foram estruturados no seguinte método:

Primeira fase: **Auto audiodescrição e apresentação do nome do palestrante em Libras.** Nesse primeiro momento, o palestrante se dirige ao público apresentando a seu auto audiodescrição, seguindo as orientações da descrição de cima para baixo, atentando-se aos detalhes do ambiente e o seu sinal em Libras. Logo após a pergunta direcionada o público é:

ISSN: 2358-8829

”existe alguém com alguma limitação visual ou auditiva nesse local? ” E “Vocês podem se posicionar à frente ou em lugar mais favorável para a vivência desse momento? ” O objetivo dessa dinâmica inicial é trazer o público para a familiaridade com a temática e evidenciar a realidade desses indivíduos que podem frequentar a comunidade de fé e, por vezes, passar desapercebidos, questionando-se se realmente se sentem pertencentes aquele espaço.

Segunda fase: Questionário de autoanálise dos participantes. A escolha pelas técnicas de questionários visou uma maior aproximação as indagaçoes do trabalho e ao fenômeno investigado.

> Estar em contato direto com as pessoas, praticar a escuta ativa de suas histórias, conhecimentos pré-concebidos, expectativas, curiosidades e desejos proporciona ao pesquisador uma compreensão mais ampla e, em caráter participativo, permite a formulação de novas indagações e a definição de novos caminhos a serem explorados ao longo do processo investigativo. (FERREIRA,2025, pg.108)

Portanto , a partir das duas perguntas centrais discutidas em grupo foram: “*O que você entende por funcionalidade*?” e “ *O que você entende por limitações*?”. Os participantes foram desafiados a registrar até cinco funcionalidades e até cinco limitações que cada pessoa possui para trabalhar com inclusão nas igrejas. Em seguida, promoveu-se a apresentação voluntária das respostas e a discussão com aprofundamento teórico de conceitos e práticas a serem realizadas no contexto das comunidades de fé visando a inclusão social de todas as pessoas. Esse método é fruto do trabalho desenvolvido no doutoramento de Ferreira (2025) denominado **Metodologia FISA (Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada)**, construida como uma metodologia educacional contemporânea e replicável a qualquer sistema social.

Terceira fase: A Palestra central. Realização de palestras e/ou encontros formativos continuados para voluntários, bem como palestras de conscientização para a comunidade da fé em geral, visando à conscientização e aprofundamento das questões relacionadas ao tema, a intervenção e a revisão das possíveis práticas realizadas. Os objetivos são: favorecer a autoanálise desses voluntários e analisar as propostas já existentes para o público infantil, ressaltando que a realidade do crescimento, do desenvolvimento e das necessidades inerentes à fase da adolescência e juventude com deficiências e autismo exige o direcionamento para a construção de práticas pedagógicas, estratégias , adaptações e tecnologias voltadas a acessibilidade e inclusão desse público. As palestras foram registradas e disponibilizadas em plataformas do Youtube para ampliar o acesso à informação.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, o trabalho constatou que parte dos voluntários atuava motivada pela boa-vontade e pelos sentimentos de amor, mas desprovida de conhecimentos técnicos sobre desenvolvimento humano, neurodiversidade e das deficiências. Essa escassez de repertório metodológico resultava, frequentemente, em algumas condutas inadequadas, tais como a infantilização de adolescentes e jovens atípicos ou o seu isolamento em relação as atividades da comunidade de fé. Por vezes, esses sujeitos passavam desapercebidos ou havia um entendimento inicial equivocado de que, por estarem apenas na companhia dos seus responsáveis, já se encontravam incluídos.

Com a realização dos cursos e palestras, baseados nas diretrizes de Acessibilidade ao Evangelho, princípios teológicos, conhecimentos epistemológicos da deficiência, aprofundamento do TEA e da Funcionalidade Inclusiva Sistêmica e Aplicada (FERREIRA,2025), observou-se uma revisão profunda de posturas atitudinais. Os voluntários passaram a reconhecer o conceito ampliado de acessibilidade proposto pela legislação brasileira (BRASIL,2015), identificando que o verdadeiro entrave para a participação dos jovens não reside em sua condição biológica, mas na urgente revisão de quem é essa pessoa na Comunidade e de que estratégias são necessárias para a sua efetiva Inclusão na comunidade de fé.

A aproximação entre o saber acadêmico, as reuniões de equipes de lideranças e a práxis eclesiástica materializou-se no desenvolvimento de projetos e programas voltadas para o atendimento desse público. Dentre as diferentes frentes de atuação , destacam-se : propostas de acompanhamento individual entre pares, grupos pequenos de encontros semanais inclusivos (denominado células) , projetos de atendimento com metodologias e recursos adaptados e adaptados para adolescentes e jovens com maior necessidade de apoio, construção de salas de acolhimento, formação de lideranças da mesma faixa etárias, reuniões de partilha e orientação às famílias através da criação de projeto com matrizes temáticas planejadas, e o surgimento de novos gestores promotores da cultura inclusiva e de acessibilidade ao evangelho nas comunidades de fé .

Esse avanço conferiu sentido prático ao conceito de "acessibilidade ao Evangelho" (FERREIRA, 2026). A expressão da fé, o entendimento dos ensinamentos éticos e espirituais e a participação na dinâmica comunitária deixaram ter a expectativa de um perfil cognitivo homogêneo. A mensagem religiosa passou a possibilitar que o adolescente ou jovem com

deficiência ou autismo exerça sua espiritualidade e expressão de ser de maneira única e de forma mais autônoma na comunidade.

O protagonismo repercutiu diretamente na saúde integral desses jovens. O sentimento de pertencimento a um grupo de pares minimizou os quadros de isolamento social e ansiedade, tão frequentes na fase da adolescência neurodivergente. A ampliação do rol de amizades e a construção de vínculos afetivos forneceram um ambiente seguro para o fortalecimento da autoestima e da autonomia na Comunidade.

Sendo assim, a implementação de seminários, palestras e processos de formação continuada de voluntários por profissionais capacitados que promovem a intercessão entre o *conhecimento científico e Comunidades de fé* produziu transformações perceptíveis nos diferentes segmentos envolvidos de forma gradual, gradativa, contínua e transformadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho configura-se uma inovação no campo das tecnologias sociais, na medida que o conhecimento ultrapassa os limites da universidade e alcança as redes de apoio às famílias atípicas , contribuindo para a construção e consolidação do conceito de acessibilidade ao Evangelho. No contexto das comunidades de fé, a difusão e a articulação entre diferentes atores por meio da troca de saberes e experiências garantem o direito e autonomia de jovens com deficiência em diferentes espaços de convivência, participação social, fortalecendo suas redes comunitárias de apoio.

A inclusão de adolescentes e jovens com TEA, deficiências e necessidades específicas de aprendizagem não pode ser pautada por ações pontuais ou assistencialistas, devendo fundamentar-se em metodologias consistentes, em práticas contínuas de formação de voluntários e promoção de acessibilidade nas diferentes comunidades de fé.

A utilização da pesquisa-ação mostrou-se plenamente adequada ao propósito da investigação, pois possibilitou transformar realidades enquanto se produzia conhecimento científico. A formação continuada de voluntários demonstrou ser o pilar sustentador da acessibilidade ao Evangelho, fornecendo aos agentes eclesiásticos ferramentas teóricas e práticas (CHIZZOTTI, 2003; FERREIRA, 2026) essenciais para superar a exclusão e a acessibilidade atitudinal.

A difusão desses conhecimentos reafirma o importante e crucial papel social das comunidades religiosas como polos de convivência comunitária e fortalecimento do protagonismo e do sentido de pertencimento de adolescentes e jovens com deficiências e

Autismo. Recomenda-se, para estudos futuros, a ampliação desse modelo de formação continuada para outras igrejas e o acompanhamento longitudinal das mudanças ocorridas na cultura inclusiva de cada comunidade de fé.

Palavras-chave: Acessibilidade, Comunidades de fé, Deficiências, Inclusão, Juventude.

AGRADECIMENTOS

A Deus, à minha igreja, às Comunidades de fé e às igrejas do Brasil e do mundo que buscam, através de formações continuadas, o constante investimento na vida dos voluntários, das pessoas com deficiências e autismo, de suas familias e de todas as pesoas que investem na transformação social de seus grupos, promovendo acessibilidade e inclusão a adolescentes e jovens com TEA.

REFERÊNCIAS

AUTISMO NA IGREJA. **Como incluir pessoas autistas na igreja de forma eficaz e assertiva.** Disponível em: https://www.autismonaigreja.com.br/como-incluir-pessoas-autistas-na-igreja-de-forma-eficaz-e-assertiva. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 out. 2026.

CARVALHO, Erenice Natália Soares de. **Deficiência intelectual: conhecer para intervir.** ***Pedagogia em Ação***, v. 8, n. 2, 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Insular, 2014. 319 p. ISBN 978-85-7879-327-2. Disponível em: http://books.scielo.org. Acesso em: 25 out. 2026.

FERREIRA, Sônia; FERNANDES, Edicléa. **Tutoriais de pessoas com deficiência intelectual**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2019.

FERREIRA,Sônia**.Acolhimento das famílias na Igreja.** https://www.youtube.com/watch?v=AwPayoJVufw acessado em 26 out.2026.

FERREIRA, Sônia Mendes. **Funcionalidade, convivência e tecnologia**: **paradigmas contemporâneos para a compreensão da deficiência intelectual.** Orientadora: Edicléa Mascarenhas Fernandes. 2025. 241 f. Tese (Doutorado em Ciências, Tecnologia e Inclusão) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologia e Inclusão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2025.

ISSN: 2358-8829

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **CIF**: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: EDUSP, 2003.